

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO n.

(Deputado Célio Studart)

Solicita informações ao sr. Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, Ministro da Educação, sobre a possibilidade de até 40% da carga horária ser ofertada na modalidade de ensino à distância em cursos presenciais de graduação.

Senhor Presidente,

Com base no artigo 50 da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência sejam solicitadas informações abaixo arroladas ao sr. Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, Ministro da Educação, sobre a possibilidade de até 40% da carga horária ser ofertada na modalidade de EaD em cursos de graduação.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 06 de dezembro de 2019, o Ministério da Educação editou a Portaria 2.117, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

A norma estabelece que as IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, com exceção de Medicina, até o limite de 40% da carga horária total do curso.

Na condição de presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Enfermagem, manifesto a nossa preocupação com a portaria em questão, expressa também por entidades integrantes do Fórum Nacional da Enfermagem.

Entre os pontos controversos, estão a redução do período de aulas presenciais e estágios durante a formação universitária de profissionais da Enfermagem, com impactos na qualidade de ensino, implicando maiores riscos na assistência à saúde da população brasileira.

Há uma compreensão das entidades representativas de que processo formativo da enfermagem é extremamente complexo e necessita ser presencial, de forma a garantir um atendimento seguro e de qualidade à sociedade. Também existem questionamentos sobre a ausência de debates prévios à edição da portaria com fóruns importantes, a exemplo do Conselho Nacional de Saúde.

Diante do exposto, solicito explicações detalhadas do Ministério da Educação que embasem a aplicação da referida portaria nos cursos de Enfermagem e se há estudos em curso no MEC visando rever os efeitos desta norma.

Sala de Sessões, de de 2020.

Célio Studart – PV/CE

Deputado Federal